

**JULGAMENTO DE RECURSO
DECISÃO DO PREGOEIRO
Pregão Eletrônico nº 18/2020**

1. DOS FATOS

1.1 Trata-se de análise do recurso administrativo interposto pela empresa **Elebrasil Elevadores Ltda**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.633.335/0001-72, contra a decisão do Pregoeiro que habilitou a empresa **Thyssenkrupp Elevadores SA**, inscrita no CNPJ sob o nº 90.347.840/0006-22, tendo em vista a apresentação da melhor proposta ao Pregão Eletrônico nº 18/2020, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para execução de serviços técnicos de substituição completa dos elevadores do Edifício sede da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, localizado no Setor de Autarquias Sul, quadra 4, bloco N, Brasília-DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

1.2. Preliminarmente, cabe esclarecer que a peça apresentada pela recorrente foi tempestiva, na forma da Lei n.º 10.520/2002 e do Decreto n.º 10.024/2019, tendo em vista que manifestou a intenção de recorrer.

LEI Nº 10.520/2002.

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019.

Art. 44. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

§ 2º Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 3º A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 4º O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

2. DA ADMISSIBILIDADE

2.1. Repise-se a tempestividade e a regularidade do recurso e contrarrazão, eis que restaram atendidos os requisitos insculpidos no art. 44 do Decreto nº 10.024/2019 e no Edital da Licitação.

2.2. Desta feita, considerando que as empresas citadas ingressaram suas peças de recurso e de contrarrazão recursal de forma tempestiva no Compras Governamentais, merecem ter seu mérito analisado, visto que os prazos estabelecidos foram respeitados.

3. DAS FORMALIDADES LEGAIS

3.1. Registre-se que houve atendimento ao cumprimento das formalidades legais, eis que todos os licitantes foram cientificados da existência e trâmite dos recursos administrativos interpostos, bem como do prazo para apresentação das contrarrazões, conforme comprovam os documentos registrados no Sistema Compras Governamentais.

4. DOS RECURSOS

4.1. Em linhas gerais, segue abaixo, a alegação da empresa recorrente e a análise da Funasa:

✓ Alegação da Empresa Elebrasil Elevadores Ltda :

- Que a certidão de Registro e Quitação 8160/2020 INT apresentada pela empresa Thyssenkrupp constava o Engenheiro Carlos Alberto Antunes, o qual não faz mais parte do quadro da empresa

Análise da FUNASA:

No item 9.11.2 do Edital e no Item 19.5.1.4 do Termo de Referência foi solicitado a apresentação de Certidão de Registro e Quitação junto ao CREA, onde conste o nome do profissional responsável técnico, de acordo com o objeto da contratação, que é a substituição completa dos elevadores do Ed. Sede da Funasa.

Diante do exposto, resta claro, que o profissional e responsável técnico pelos serviços, deve ser o Engenheiro Mecânico, conforme estabelecido pelo CREA/CONFEA.

A empresa THYSSENKRUPP ELEVADORES S.A, apresentou a Certidão de Registro e Quitação nº 8160/2020-INT, com data de validade até: 31/03/2021, com o quadro dos Responsáveis Técnicos da Empresa, onde consta 05 engenheiros, entre eles o ENGENHEIRO MECÂNICO, o Senhor Sales Satoshi Okubo Junior, com a devida comprovação de vínculo (carteira de trabalho), a certidão do CREA Pessoa Física e os Atestados de Capacidade Técnica.

Contudo, entre os demais engenheiros, consta o Senhor CARLOS ALBERTO ANTUNES, cujo título, constante na referida certidão, é de Engenheiro Industrial Eletricista e Engenheiro de Segurança do Trabalho. Ocorre que esta especialização não foi solicitada no Edital, motivo pelo qual ter ou não o nome ou o cargo na Certidão, não tem relevância em relação a esta contratação.

Face ao exposto, entendo que **não deve prosperar a alegação recursal impetrada pela empresa Elebrasil Elevadores Ltda. Desta forma INDEFIRO o recurso interposto.**

5. DA DECISÃO

5.1. Diante dos argumentos acima apresentados, esta Pregoeira conhece do Recurso Administrativo ora interposto e **INDEFERE O PEDIDO** em sua integralidade, mantendo-se a decisão de habilitar a empresa Thyssenkrupp Elevadores SA, inscrita no CNPJ sob o nº 90.347.840/0006-22. Por ser medida que atende aos princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, e da economicidade, e ainda considerando todo o exposto nesta peça, motivo pelo qual encaminho os autos à autoridade superior para manifestação e decisão final.

Brasília-DF, 14 de dezembro de 2020.

CARMEN LÚCIA BAIROS DOS SANTOS
PREGOEIRA /FUNASA